



**INSTITUTO IGARAPÉ**  
a think and do tank



# IMPACTO DE INICIATIVAS PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL

# Sumário

<b>Resumo executivo</b> .....	1
<b>Introdução</b> .....	3
<b>Iniciativas e Avaliações</b> .....	4
Descrição das iniciativas avaliadas .....	4
Descrição das avaliações .....	6
<b>Impacto das Iniciativas</b> .....	9
Iniciativas com avaliações de impacto robustas.....	11
Valoração dos impactos .....	13
Detalhamento dos impactos.....	15
<b>Considerações finais</b> .....	25
<b>Anexos</b> .....	27
Anexo I. Metodologia.....	27
Anexo II. Quadro geral das 21 iniciativas com avaliações .....	30
Anexo III. Quadro geral das 32 publicações avaliativas .....	32
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	39
<b>Notas de fim</b> .....	41

# IMPACTO DE INICIATIVAS PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL

## Resumo executivo

O principal objetivo deste estudo é refletir sobre iniciativas voltadas à reintegração social de pessoas egressas do sistema prisional no Brasil e no mundo, com base em avaliações realizadas sobre essas iniciativas nos últimos 10 anos. Se no *Guia para Inclusão Social de Pessoas Egressas do Sistema Prisional (2024)*<sup>1</sup> o esforço estava em compreender os principais modelos e estratégias implementados por essas iniciativas, agora esta publicação busca analisar os impactos e os resultados dessas iniciativas na vida das pessoas egressas, seja a partir da ótica da reincidência, seja sob a ótica da garantia de direitos.

Mapeamos 32 publicações avaliativas relacionadas a 21 iniciativas, tanto nacionais quanto internacionais. A partir desse conjunto, focamos nossa análise naquelas que abordam o impacto das iniciativas e atendem ao critério de robustez metodológica determinada neste estudo. Dessa forma, selecionamos uma subamostra de 13 avaliações referentes a nove iniciativas. Realizamos uma análise detalhada das iniciativas com impacto de alta robustez metodológica, classificando seus impactos como positivos, moderados, mistos, negativos ou inconclusivos. Para cada uma delas, apresentamos seus **objetivos, estratégias, pressupostos e os impactos avaliados**.

A pesquisa identificou seis iniciativas com impacto positivo no apoio a egressos do sistema prisional, categorizadas em quatro áreas principais: autonomia individual e convívio social (2), inclusão produtiva (1), saúde (1) e moradia (2). Apenas uma iniciativa, voltada à moradia, foi avaliada como tendo impacto moderado. Outra, com foco em inclusão produtiva, apresentou impacto misto. Já uma terceira, direcionada à autonomia individual e ao convívio social, foi considerada inconclusiva.

Destacam-se iniciativas como o **Journeys 2 Freedom: Women's Resettlement Programme**<sup>2</sup> (Reino Unido), que promove autonomia e convívio social e oferece suporte personalizado para mulheres egressas do sistema prisional. Essa iniciativa apresentou resultados expressivos, com 95% das participantes vivendo em moradia estável e 67% empregadas. O **Community Mediation Maryland Reentry Mediation**<sup>3</sup> (EUA), que fortalece vínculos familiares por meio de mediações pré-liberação, reduziu a reincidência em 13% e prolongou o tempo até uma nova prisão. O **Reentry Housing Pilot Program**<sup>4</sup> (EUA), que oferecia assistência habitacional condicionada a tratamentos e à busca de emprego, conseguiu reduzir a reincidência (21,6% vs. 35,6%) antes de ser descontinuado devido a cortes orçamentários.

O **Vision Housing**<sup>5</sup> (Reino Unido), que oferece moradia e suporte a egressos do sistema prisional por meio de uma rede de proprietários e apoio contínuo, demonstrou impacto positivo na redução de reincidências, especialmente entre mulheres e jovens, com resultados estatisticamente significativos ao longo do tempo. Já o **Skill Mill**<sup>6</sup> (Reino Unido e Estônia), que emprega jovens em atividades produtivas, como gestão hídrica e horticultura, reduziu a reincidência e a gravidade das infrações cometidas. Por fim, a **Transitions Clinic Network**<sup>7</sup> (EUA), que atende egressos com condições crônicas de saúde ou acima de 50 anos, conseguiu diminuir violações técnicas<sup>8</sup> e o tempo de reclusão, embora as taxas de reincidência gerais tenham sido similares às do grupo de controle.

A realização de avaliações sobre a performance e os resultados de iniciativas e políticas de reintegração social, permite compreender melhor o que funciona e como funciona. Essas avaliações impactam diretamente na manutenção e continuidade de ações voltadas a egressos, validando seus pressupostos, e no aprimoramento dessas iniciativas, impulsionando melhores resultados e maior eficiência no uso dos recursos investidos. Além dos impactos diretos, as avaliações podem influenciar indiretamente o planejamento de políticas públicas e a realização de reformas judiciais.<sup>9</sup> Elas fornecem embasamento para que gestores públicos e membros da sociedade civil possam replicar propostas nacionais e internacionais, reconhecendo a necessidade de adaptá-las às diferentes realidades locais.

O processo de seleção da amostra nesta pesquisa foi especialmente desafiador. Das 128 publicações analisadas, que envolviam 83 iniciativas, apenas 21 continham avaliações, e nove delas correspondiam a iniciativas cujo impacto foi efetivamente avaliado. Esse resultado evidencia uma lacuna significativa na produção avaliativa, destacando a negligência desse aspecto no campo investigado. Portanto, é fundamental não apenas investir na expansão da oferta de iniciativas voltadas para egressos do sistema prisional, mas também garantir avaliações de alta qualidade que orientem decisões baseadas em evidências.

# Introdução

A reintegração social<sup>10</sup> de pessoas egressas do sistema prisional<sup>11</sup> é um desafio global que exige reformas no sistema de justiça, o fortalecimento do estado de direito e a implementação de iniciativas voltadas às necessidades específicas desse público. Após a prisão, as pessoas egressas enfrentam diversas dificuldades, incluindo estigmatização, rompimento de vínculos afetivos, falta de oportunidades de emprego e limitações no acesso a serviços e condições básicas de vida, como regularização de documentos, alimentação, transporte, moradia, educação e saúde física e mental. Essa realidade é agravada por vulnerabilidades preexistentes, como baixa escolaridade, insuficiência de recursos financeiros e abuso de substâncias, que muitas vezes persistem e se intensificam durante e após o período de encarceramento.<sup>12</sup>

O Brasil possui uma das maiores populações carcerárias do mundo, com 663.906 pessoas presas em celas físicas, apesar de ter capacidade para aprisionar 489.991 pessoas, o que representa uma sobreocupação de 135,49% nas vagas das unidades prisionais.<sup>13</sup> O acesso a direitos, como educação e trabalho, é precário dentro nas prisões e negligenciado após a saída. Nesse contexto, o investimento em intervenções de reintegração social é essencial para garantir o retorno efetivo dos egressos à vida em liberdade, contribuindo para o rompimento de ciclos de reincidência criminal e de marginalização.<sup>14</sup>

Ao deixarem as prisões, as pessoas egressas enfrentam um contexto adverso, com poucas ou insuficientes opções de suporte, algo que se evidencia pelo direcionamento substancialmente inferior de recursos públicos em comparação a outras áreas da segurança pública brasileira. Em 2022, considerando o orçamento de doze estados do Brasil, o policiamento foi contemplado com R\$53,3 bilhões, as prisões com R\$12,7 bilhões, enquanto os programas de reintegração pós-liberdade receberam apenas R\$12 milhões.<sup>15</sup> Isso significa que as

demais áreas contam com um orçamento quatro mil vezes maior do que os investimentos em iniciativas voltadas para pessoas egressas do sistema prisional, refletindo a baixa prioridade dada a esse tema pelo Estado brasileiro.

Esse baixo nível de investimento resulta em uma expressiva escassez de iniciativas voltadas para egressos do sistema prisional. Entre as poucas existentes, apenas uma parcela é submetida a algum tipo de avaliação, e, dessas, uma fração ainda menor passa por avaliações sistemáticas e rigorosas capazes de gerar evidências robustas sobre seus impactos. Essa limitação prejudica a identificação de intervenções bem-sucedidas, comprometendo não apenas sua implementação, mas também a continuidade, o aprimoramento e a ampliação de iniciativas essenciais para a reintegração social e para a transformação das políticas voltadas para egressos do sistema prisional.

A ampliação de investimentos em políticas para egressos do sistema prisional é essencial para aumentar a oferta de iniciativas, sendo necessário garantir recursos destinados à avaliação dessas ações, pois a avaliação permite identificar o que funciona, para quem funciona e em quais circunstâncias. Isso fornece evidências importantes para atender de forma eficaz às múltiplas necessidades dos egressos, além de permitir um direcionamento mais eficiente dos recursos públicos.

Nesta pesquisa, mapeamos e descrevemos o conjunto de avaliações encontradas, apresentando uma análise detalhada sobre o impacto das iniciativas voltadas para egressos que contam com avaliações robustas. O objetivo é oferecer subsídios para a construção de políticas mais eficazes e contribuir para o fortalecimento dessa agenda. Defendemos tanto a ampliação de iniciativas existentes que apresentaram impactos positivos ou moderados, quanto a qualificação dos padrões avaliativos, maximizando os resultados alcançados em um campo negligenciado.

# Iniciativas e Avaliações

## Descrição das iniciativas avaliadas

Começamos a apresentação dos resultados com a análise do conjunto total das 21 iniciativas descritas nos 32 documentos avaliativos.<sup>16</sup> Para caracterizar essas 21 iniciativas, usamos os seguintes critérios: público atendido (a quem se destinam), localidade (onde foram implementadas), finalidade (seus objetivos principais) e responsáveis (quem as implementa e financia).

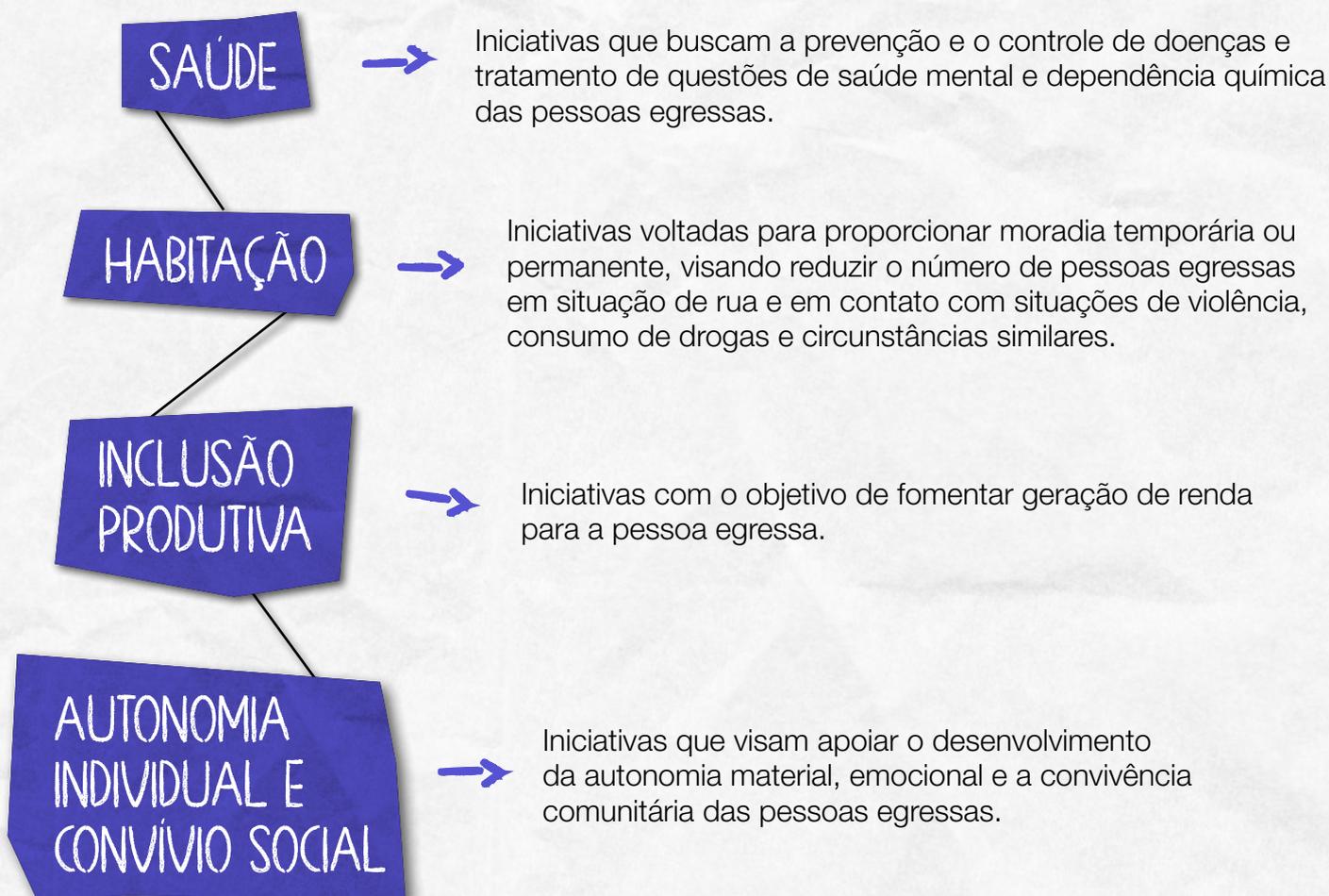
Em termos de **público atendido**, as iniciativas avaliadas são voltadas para egressos do sistema prisional. Algumas, no entanto, incluem pré-egressos<sup>17</sup> e familiares.<sup>18</sup>

Além disso, 13 das 21 iniciativas têm como foco grupos específicos dentro do público prioritário de pessoas egressas do sistema prisional, sendo os principais grupos identificados: mulheres,<sup>19</sup> pessoas negras e indígenas,<sup>20</sup> jovens de 18 a 24 anos,<sup>21</sup> indivíduos com transtornos mentais, dependentes químicos, pessoas com necessidades complexas de saúde<sup>22</sup> e aqueles classificados como de alto risco e altas necessidades.<sup>23</sup>

Essa diferenciação é particularmente relevante, pois, embora o público geral seja composto por egressos já em situação de vulnerabilidade, certos marcadores sociais e características específicas podem intensificar essa condição e dificultar o processo de reintegração social. Por isso, é salutar que as iniciativas reconheçam essa diversidade e desagreguem as informações sobre as pessoas atendidas, considerando suas características sociodemográficas.

Quanto à **localidade**, as iniciativas voltadas para a reintegração social têm sido implementadas em diferentes partes do mundo. Das 21 iniciativas identificadas, nove estão presentes no Brasil, sete nos Estados Unidos, cinco no Reino Unido (incluindo uma também presente no Reino Unido e Estônia) e uma na Nova Zelândia.<sup>24</sup>

Em relação à **finalidade das iniciativas** de atenção a egressos, consideramos o propósito declarado de cada uma, ou seja, aquilo que a iniciativa busca alcançar para apoiar a reintegração dos indivíduos na sociedade após o encarceramento,<sup>25</sup> respondendo a pergunta: Quais são os principais objetivos? A classificação utilizada segue a proposta do Guia para Inclusão Social de Pessoas Egressas do Sistema Prisional e abrange as seguintes categorias:

**Tabela 1.** Finalidades identificadas nas iniciativas analisadas

Fonte: Guia para Inclusão Social de Pessoas Egressas do Sistema Prisional, Instituto Igarapé, 2024.

Das 21 iniciativas analisadas, nove foram classificadas como voltadas para a **autonomia individual e convívio social**; seis para a **inclusão produtiva**; três para **moradia**; e três para **saúde**.

Quanto aos **responsáveis pela implementação**, a maioria das 21 iniciativas avaliadas (11, ou pouco mais da metade) é implementada pelo setor público. Em seguida, destacam-se as sete iniciativas realizadas por organizações da sociedade civil, o que corresponde a um terço do total. Além disso, duas iniciativas (9%) são conduzidas em parceria entre o setor público, o setor privado e organizações da sociedade civil, enquanto apenas uma iniciativa (5%) resulta de uma colaboração entre o setor público e o setor privado.

A análise do **financiamento** das iniciativas revela que a maioria é financiada pelo setor público, representando 71,4% (15 iniciativas). Outras fontes incluem organizações da sociedade civil, responsáveis por 9,5% (duas iniciativas). Além disso, 19% (quatro iniciativas) contam com co-financiamento em parcerias entre os setores público, privado e organizações da sociedade civil. É importante ressaltar que a origem do financiamento das iniciativas não corresponde necessariamente aos responsáveis por sua implementação.

## Descrição das avaliações

As mesmas informações mobilizadas para descrever as iniciativas foram aplicadas à caracterização das avaliações, adicionando o tipo de avaliação (processo ou impacto), o enfoque (reincidência e/ou garantia de direitos) e as metodologias empregadas.

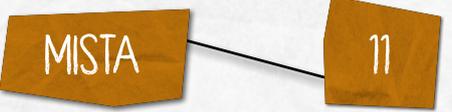
Em termos de **localidade**, das 32 publicações avaliativas, Brasil e Estados Unidos se destacam, com doze avaliações cada, representando mais de dois terços do total. Outros países, como o Reino Unido (sete) e Nova Zelândia (um), apresentam números menores.

Em relação aos **responsáveis pela realização** das 32 avaliações, os dados indicam que a maioria foi conduzida por atores da academia (20), seguida por nove organizações da sociedade civil, consultorias empresariais, duas parcerias entre o setor público e uma organização internacional. Esses dados revelam que, embora o setor público seja o principal executor das iniciativas avaliadas (12 iniciativas), ele não assume necessariamente um papel central na avaliação de seus resultados e impactos.

A maioria das avaliações (23) não apresenta, de forma explícita, o **responsável pelo financiamento**. Entre essas, identificamos que as avaliações que não declaram a fonte de financiamento são majoritariamente conduzidas por atores externos à iniciativa (17), enquanto uma proporção menor (seis) é conduzida por atores internos, ou seja, pela mesma entidade responsável pela implementação da iniciativa. Das nove avaliações que indicam o responsável pelo financiamento, sete são externas e duas internas.

Ao examinar a metodologia adotada pelas 32 publicações avaliativas, observam-se três abordagens metodológicas: **qualitativa (10), quantitativa (11) e mista (11)**. Cada um desses métodos empregou uma variedade de instrumentos analíticos, de acordo com o foco da avaliação – seja na análise de impacto<sup>26</sup> ou de processo<sup>27</sup> das iniciativas investigadas. Abaixo, os principais instrumentos utilizados por cada método de pesquisa.

**Tabela 2.** Desenhos metodológicos das avaliações

Abordagem metodológica	Quantidade de publicações	Instrumentos metodológicos mais utilizados
 <p>QUALITATIVA</p>	 <p>10</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Entrevistas semiestruturadas</li> <li>● Grupos focais</li> <li>● Amostragem não probabilística combinada (bola de neve)</li> <li>● Observação participante</li> <li>● Revisão documental e bibliográfica</li> <li>● Diário de campo</li> <li>● Análise temática indutiva</li> <li>● Análise de conteúdo e categorização temática</li> </ul>
 <p>QUANTITATIVA</p>	 <p>11</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Questionários e <i>surveys</i></li> <li>● Grupo de controle</li> <li>● Amostragens probabilísticas (aleatórias e estratificadas) e não probabilísticas (intencionais e de conveniência)</li> <li>● Análise de sobrevivência: Regressão de Cox e método de Kaplan-Meier</li> <li>● Análise de Diferenças em Diferenças (DID)</li> <li>● Testes de hipóteses: t-tests, testes de qui-quadrado, Análise de Variância (Anova)</li> <li>● Experimentos aleatorizados controlados (RCTs)</li> <li>● Regressão linear</li> <li>● Análises estatísticas multivariadas: regressão múltipla, análise fatorial, análise de clusters</li> </ul>
 <p>MISTA</p>	 <p>11</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Entrevistas semiestruturadas</li> <li>● Questionários e <i>surveys</i></li> <li>● Grupo de controle</li> <li>● Amostragem não probabilística (intencional e de conveniência)</li> <li>● Revisão documental e bibliográfica</li> <li>● Regressão linear</li> <li>● Análises estatísticas multivariadas: regressão múltipla, análise fatorial, análise de clusters</li> <li>● Testes bivariados e multivariados de confiabilidade: teste de Hausman e de Krippendorff 's Alpha.</li> <li>● Análise de conteúdo e categorização temática</li> <li>● Tratamento quantitativo de dados qualitativos</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo Instituto Igarapé a partir de dados de base própria.

No total, foram identificadas 16 avaliações de **impacto**, 15 de **processo** e apenas uma que analisou simultaneamente as duas dimensões – **processo e impacto**. Entre as avaliações de **impacto**, 10 delas são quantitativas, três mistas e três qualitativas. No caso das avaliações de **processo**, oito são mistas, seis qualitativas e apenas uma quantitativa. A única avaliação que combinou **processo e impacto** adotou o método qualitativo.<sup>28</sup>

Quanto ao enfoque da avaliação, a análise indicou uma divisão entre avaliações sobre reincidência (sete), garantia de direitos (18) e ambos os aspectos (sete). As avaliações que adotaram a **reincidência** como variável explicativa investigaram a relação entre a iniciativa (variável independente) e a probabilidade de os beneficiários reincidirem em atividades criminosas (variável dependente), analisando se a intervenção produziu efeitos positivos ou negativos. Para essa análise, foram utilizadas técnicas como regressão logística e análise de sobrevivência de Cox, permitindo aos pesquisadores testar modelos probabilísticos para a variável reincidência com base em determinantes como histórico criminal, idade e gênero. A mensuração do impacto das iniciativas sobre reincidência mobilizou dados administrativos de diferentes agências governamentais, assim como entrevistas realizadas com egressos.<sup>29</sup>

Por outro lado, o enfoque voltado para a **garantia de direitos** avalia o impacto de uma iniciativa (variável independente) no processo de reintegração social (variável dependente). Esse impacto é mensurado a partir da inclusão e do acesso a recursos essenciais, como saúde, moradia, restabelecimento de vínculos sociais e familiares, e empregabilidade, alinhando-se às finalidades das iniciativas. Diferentemente das avaliações com foco em reincidência, as avaliações voltadas para a garantia de direitos geralmente utilizaram metodologias qualitativas ou mistas.

É importante destacar que, em nove das 32 avaliações, foram aplicados recortes de público baseados em critérios como gênero, raça, idade, escolaridade, antecedentes criminais e situação jurídica. Esses recortes foram considerados tanto nas metodologias avaliativas quanto na apresentação dos resultados, destacando grupos específicos dentro do público prioritário de pessoas egressas do sistema prisional. A multiplicidade de públicos atendidos influencia a avaliação do impacto, podendo este variar – sendo mais ou menos positivo – dependendo do grupo ou sub-grupo analisado na publicação avaliativa.

# Impacto das Iniciativas

Este capítulo discutirá o impacto das iniciativas voltadas à população egressa do sistema prisional, a partir das avaliações robustas que mediram esses resultados. Serão apresentadas quais iniciativas funcionam, para quem funcionam e em quais contextos.

Das 32 publicações analisadas, que abrangem 21 iniciativas, este capítulo foca naquelas que apresentam avaliações de impacto (17 no total), incluindo uma que aborda simultaneamente impacto e processo. Dentre essas 17 avaliações, 13 foram selecionadas por atenderem aos critérios de robustez metodológica, considerando métricas, técnicas, seleção de amostra e período de intervenção relacionadas a nove iniciativas.

O enfoque nas avaliações de impacto permite avaliar a efetividade e os resultados concretos das iniciativas, evidenciando se elas geram ou não mudanças alinhadas aos objetivos propostos e revelando seus efeitos tanto no público-alvo quanto no contexto social em que são implementadas. Por outro lado, embora as avaliações de processo sejam valiosas para ajustes operacionais, elas não fornecem elementos suficientes para refletir sobre o rumo das políticas implementadas ou para contrastar os resultados vis-à-vis os propósitos declarados pela intervenção.

Os critérios de robustez aplicados à análise consideraram **quatro principais questionamentos** para indicar solidez da metodologia aplicada, sendo eles:

- A avaliação apresenta métricas mensuráveis utilizadas para avaliar o impacto?
- A avaliação apresenta descrição objetiva sobre as técnicas utilizadas para a coleta, processamento e análise dos dados?
- A avaliação apresenta descrição de tamanho e do processo de seleção da amostra?
- A avaliação apresenta descrição de período da intervenção avaliativa (superior a um ano)?

Com base nesses quatro critérios, foi aplicado um filtro considerando a utilização de métricas, técnicas, amostra e período de intervenção. A aplicação de métricas mensuráveis possibilita a mensuração precisa dos impactos, enquanto a descrição objetiva das técnicas metodológicas empregadas assegura a transparência e confiabilidade no processo avaliativo. A definição do tamanho e do processo de seleção da amostra garante que os dados sejam representativos, e um período de intervenção superior a um ano permite capturar os efeitos de longo prazo. Esses critérios asseguram que as avaliações possam ser interpretadas com maior grau de confiança, contribuindo para uma análise mais robusta das iniciativas. Assim, foram analisadas apenas as avaliações que atenderam a todos esses critérios, garantindo que o recorte das avaliações fosse replicável e metodologicamente robusto.

O diagrama abaixo representa o esforço feito para responder se a iniciativa avaliada atingiu os resultados esperados, conforme os achados apresentados na publicação e seguindo a metodologia aplicada.



## Iniciativas com avaliações de impacto robustas

Neste capítulo, apresentaremos uma descrição mais detalhada da subamostra composta por nove iniciativas analisadas a partir de 13 documentos avaliativos de impacto, todas classificadas como robustas. Trata-se de um recorte da descrição apresentada no capítulo anterior, dentro do universo total de iniciativas identificadas. Como mencionado anteriormente, utilizamos as categorias de localidade (onde foram implementadas), finalidade (objetivo principal) e responsáveis (quem implementa e financia) para caracterizar as iniciativas que passaram na checagem de robustez metodológica.

Dentre as nove iniciativas analisadas, uma está localizada no Brasil, cinco nos Estados Unidos e três no Reino Unido (incluindo uma implementada simultaneamente no Reino Unido e na Estônia). Em relação à finalidade das iniciativas voltadas para egressos do sistema prisional, três foram classificadas como destinadas à **autonomia individual e convívio social**; três foram direcionadas à **moradia**, duas à **inclusão produtiva e** uma à **saúde**.

Quanto aos responsáveis pela implementação, das nove iniciativas analisadas, apenas cinco organizações da sociedade civil e quatro entidades do setor público figuram como implementadores.

A análise do financiamento das iniciativas revela que a maior parte delas é financiada pelo setor público, abrangendo quatro iniciativas. Além disso, duas iniciativas são financiadas por meio de co-financiamento, envolvendo parcerias entre o setor público, privado e organizações da sociedade civil. Apenas três iniciativas recebem financiamento exclusivamente de organizações da sociedade civil.

**Tabela 3.** Iniciativas com avaliações de impacto robustas

País	Iniciativa	Finalidade	Responsável pela implementação	Responsável pelo financiamento
 <b>Brasil</b>	<b>Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp)</b>	Autonomia individual e convívio social	Setor público	Setor público
 <b>Estados Unidos</b>	<b>Community Mediation Maryland (CMM) Reentry Mediation</b>	Autonomia individual e convívio social	Organização da sociedade civil	Organização da sociedade civil
 <b>Reino Unido</b>	<b>Journeys 2 Freedom: Women's Resettlement Programme</b>	Autonomia individual e convívio social	Organização da sociedade civil	Setor público, privado e organização da sociedade civil
 <b>Reino Unido</b>	<b>Vision Housing</b>	Moradia	Organização da sociedade civil	Organização da sociedade civil
 <b>Estados Unidos</b>	<b>Reentry Housing Pilot Program (RHPP)</b>	Moradia	Setor público	Setor público
 <b>Estados Unidos</b>	<b>Returning Home – Ohio</b>	Moradia	Organização da sociedade civil	Organização da sociedade civil
 <b>Reino Unido</b>  <b>e Estônia</b>	<b>Skill Mill</b>	Inclusão produtiva	Organização da sociedade civil	Setor público, privado e Organização da sociedade civil
 <b>Estados Unidos</b>	<b>Ban the Box</b>	Inclusão produtiva	Setor público	Setor público
 <b>Estados Unidos</b>	<b>Transitions Clinic Network (TCN)</b>	Saúde	Setor público	Setor público

Fonte: Elaboração própria

## Valoração dos impactos

Das nove iniciativas avaliadas pelas 13 publicações que atenderam ao enfoque priorizado e aos critérios de robustez estabelecidos, os impactos foram valorados a partir de cinco categorias: impacto positivo, impacto moderado, impacto misto, impacto negativo e inconclusivo.

- **Impacto positivo:** atribuído às iniciativas cujas avaliações demonstraram resultados benéficos e eficazes, como a redução da reincidência ou a ampliação do acesso a direitos, visando a reintegração social.
- **Impacto moderado:** atribuído às iniciativas cujas avaliações apresentaram resultados positivos, mas de forma parcial ou limitada, indicando que os efeitos não foram tão expressivos quanto o esperado, como falhas no atendimento a grupos específicos.
- **Impacto misto:** atribuído às iniciativas cujas avaliações indicaram resultados tanto positivos quanto negativos, como externalidades negativas, sinalizando a necessidade de ajustes para maximizar os benefícios e minimizar os danos.
- **Impacto negativo:** atribuído às iniciativas cujas avaliações apresentaram resultados sobre efeitos adversos ou não intencionais.
- **Inconclusivo:** atribuído às iniciativas cujas avaliações apresentaram resultados que não permitiram concluir qual foi o impacto em relação aos objetivos pretendidos

Foram identificadas as seguintes valorações das nove iniciativas avaliadas:

**Tabela 4.** Valoração do impacto da iniciativa a partir das avaliações analisadas

Iniciativa	Finalidade	Quantitativo de avaliações analisadas da iniciativa	Enfoque da avaliação	Valoração do impacto da iniciativa
• <b>Transitions Clinic Network (TCN)</b>	Saúde	1	Reincidência	Impacto positivo
• <b>Reentry Housing Pilot Program (RHPP)</b>	Moradia	1	Reincidência	Impacto positivo
• <b>Skill Mill</b>	Inclusão produtiva	1	Reincidência e garantia de direitos	Impacto positivo
• <b>Community Mediation Maryland (CMM) Reentry Mediation</b>	Autonomia individual e convívio social	2	Reincidência	Impacto positivo
• <b>Journeys 2 Freedom: Women's Resettlement Programme</b>	Autonomia individual e convívio social	1	Garantia de direitos	Impacto positivo
• <b>Vision Housing</b>	Moradia	1	Reincidência	Impacto positivo
• <b>Returning Home - Ohio</b>	Moradia	1	Reincidência	Impacto moderado
• <b>Ban the Box</b>	Inclusão produtiva	4	Garantia de direitos	Impacto misto
• <b>Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp)</b>	Autonomia individual e convívio social	1	Reincidência e garantia de direitos	Inconclusivo

Fonte: Elaboração própria

A valoração de impacto das iniciativas avaliadas revelou que, das nove iniciativas analisadas, a maioria demonstrou impactos positivos. Especificamente, seis delas obtiveram avaliação de impacto positivo, o que indica que essas iniciativas alcançaram resultados favoráveis em relação aos seus objetivos.

Apenas uma iniciativa, focada em moradia, foi classificada como tendo impacto moderado, sugerindo que os resultados foram variados, com aspectos positivos, mas também com desafios e/ou com impacto menos expressivo. Além disso, uma iniciativa, de inclusão produtiva, foi classificada como tendo impacto misto, indicando que seus resultados foram heterogêneos, apresentando tanto aspectos positivos quanto negativos ou limitados em relação a certos grupos. Por fim, uma iniciativa de autonomia individual e convívio social, foi considerada inconclusiva, já que não foi possível determinar se houve redução na reincidência ou se a iniciativa conseguiu garantir direitos.

Não foi identificada nenhuma iniciativa com impacto exclusivamente negativo, o que indica que, em geral, as iniciativas avaliadas apresentaram alguma contribuição positiva, mesmo que em diferentes intensidades.

A seguir, serão apresentados os impactos das iniciativas de acordo com suas finalidades, destacando a valoração do impacto e detalhando os objetivos, estratégias e pressupostos de cada uma.

## Detalhamento dos impactos

Nesta seção discutiremos os impactos das iniciativas, distinguindo-as pelo enfoque e pelas finalidades. Das seis iniciativas reconhecidas por seu impacto positivo, duas estão relacionadas à autonomia individual e ao convívio social, duas à moradia, uma à inclusão produtiva e uma à saúde. Vale destacar que todas as iniciativas com impacto exclusivamente positivo são internacionais, sem nenhuma iniciativa brasileira enquadrada nessa categoria. Dessas seis, quatro delas analisam os efeitos das iniciativas sobre a reincidência, uma sobre a garantia de direitos e outra aborda ambos os aspectos, sendo classificadas como mista. É importante reforçar que, enquanto o efeito esperado em iniciativas voltadas à redução da reincidência é mais específico e mensurável, como a reentrada no sistema prisional, a valoração do impacto em iniciativas de garantia de direitos tende a ser mais subjetiva e difícil de quantificar, devido à sua natureza mais ampla e abrangente.



## AUTONOMIA INDIVIDUAL E CONVÍVIO SOCIAL

**Journeys 2 Freedom: Women's Resettlement Programme** (Reino Unido)

Valoração do Impacto - Positivo



- **Objetivo:** O **Journeys 2 Freedom: Women's Resettlement Programme** é um serviço abrangente de reintegração oferecido pela organização Pact, voltado para mulheres que deixam a prisão. Apoiado pelos fundos de ação social City Bridge Trust e Colyer-Fergusson Charitable Trust, além da Fundação London Housing, o programa foi lançado em março de 2021 e oferece suporte intensivo e personalizado para mulheres que deixam quatro prisões localizadas em Surrey e Kent.
- **Público:** Mulheres egressas e pré-egressas.
- **Estratégias de Atuação:** O programa opera em três etapas-chave: antes da liberação, no dia da liberação e na comunidade. Cada mulher é acompanhada por um agente de reintegração, que auxilia no desenvolvimento de um plano de ação pessoal. Antes da liberação, são realizadas intervenções individuais para preparar as mulheres para os desafios que enfrentarão após a saída da prisão. No dia da liberação, as mulheres são recebidas por um agente de reintegração, que as apoia em diversas áreas, como obtenção de moradia, gestão financeira, comparecimento a compromissos importantes, busca por emprego ou educação e fortalecimento dos laços familiares. Elas também recebem um pacote de liberação com itens essenciais e têm acesso a subsídios de bem-estar, treinamentos online e suporte contínuo para facilitar sua reintegração.
- **Pressuposto:** O programa Journeys 2 Freedom pretende ter um impacto positivo na vida das mulheres atendidas, melhorando suas condições de vida e bem-estar. Além disso, essa intervenção visa fortalecer a colaboração entre os serviços envolvidos, como os setores de justiça, saúde, educação e assistência social.
- **Enfoque da Avaliação:** Garantia de direitos.
- **Impacto da Iniciativa:** O programa Journeys 2 Freedom obteve resultados positivos, com 95% das mulheres em situação de moradia estável e 67% empregadas ao final do período de apoio. Além disso, foi registrado sucesso no restabelecimento de contato com os filhos em todos os casos em que havia questões legais envolvidas. Os fatores essenciais para esse impacto incluem o acompanhamento realizado pelos agentes de reintegração, que ajudaram as mulheres a acessar serviços de justiça, saúde e moradia, além da elaboração de planos de ação individualizados para o alcance de metas realistas. O suporte emocional e prático oferecido, o trabalho interinstitucional e o acesso a treinamentos também contribuíram para o fortalecimento da confiança e autoestima das mulheres, promovendo sua reintegração bem-sucedida à sociedade.



## Community Mediation Maryland's Prisoner Re-entry Program (Estados Unidos)

Valoração do Impacto - Positivo



- **Objetivo:** O programa **Community Mediation Maryland (CMM) Reentry Mediation** foi concebido para facilitar a transição de pessoas pré-egressas, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e redes de apoio. Implementado nos Estados Unidos, o programa é financiado e gerido por uma organização da sociedade civil. Lançado em 2008, atende pessoas encarceradas que estejam a até 18 meses de sua libertação das unidades prisionais no estado de Maryland. Desde então, o programa permanece ativo.

- **Público:** Pré-egressos e familiares.

- **Estratégias de Atuação:** O programa oferece apoio a pessoas pré-egressas e suas famílias ou pessoas próximas dos beneficiários, criando um espaço para que discutam experiências passadas, promovam entendimento mútuo e planejem conjuntamente a reintegração à estrutura familiar e comunitária antes da libertação.

- **Pressuposto:** A participação no programa Community Mediation Maryland (CMM) Reentry Mediation busca fortalecer os vínculos familiares, contribuindo para a redução da reincidência.

- **Enfoque da Avaliação:** Reincidência.

- **Impacto da Iniciativa:** A avaliação foi realizada com egressos do sistema prisional e os resultados demonstram impactos positivos pós-liberdade, de modo que a mediação reduz em 13% a chance de uma nova prisão. A cada sessão adicional de mediação, a probabilidade de condenação diminui em 9%, enquanto a probabilidade de ser sentenciado a um período de encarceramento de um dia ou mais é reduzida em 7%. Entre os reincidentes monitorados pelo Departamento de Correções, os participantes da mediação apresentaram 12% menos risco de voltar a cometer delitos em comparação aos não participantes. Além disso, o programa reduz em 10% a probabilidade de prisão, com um impacto adicional de 6% por sessão adicional. Também foi observado um aumento no intervalo de tempo até uma nova prisão, embora essa última diferença não tenha sido estatisticamente relevante.



## Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (Brasil)

Valoração do Impacto - Inconclusivo

?

- **Objetivo:** O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) é uma iniciativa estadual implementada em Minas Gerais, que começou a operar oficialmente em 2006, com algumas atuações pontuais desde 2004. Seu objetivo é promover a inclusão social de pessoas que passaram pela privação de liberdade, por meio de ações que resgatem a cidadania e minimizem os estigmas e privações decorrentes da experiência prisional, reduzindo as chances de reingresso em atividades ilícitas.

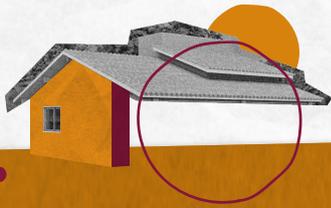
- **Público:** Egressos e familiares.

- **Estratégias de Atuação:** O programa visa garantir o acesso a direitos mediante atendimentos psicossocial e jurídico, complementados por encaminhamentos para capacitação profissional e inserção em redes de apoio social. Essas estratégias visam ampliar as oportunidades dos egressos no mercado de trabalho, promovendo sua reintegração social.

- **Pressuposto:** A participação no programa PrEsp possibilita o acesso ao trabalho, à qualificação profissional e aos direitos sociais, contribuindo assim para a redução da reincidência.

- **Enfoque da Avaliação:** Reincidência e garantia de direitos.

- **Impacto da Iniciativa:** Em Belo Horizonte, onde o programa teve sua implementação analisada, a taxa de reentrada prisional foi de 23%. No entanto, não foram apresentadas fontes de dados oficiais para comparação. A ausência de um estudo experimental com grupo controle impossibilitou a avaliação do impacto do programa sobre a reincidência de egressos que não participaram da iniciativa. A pesquisa identificou que jovens e pessoas com antecedentes criminais apresentaram maior probabilidade de reincidência, evidenciando a necessidade de o PrEsp abordar questões específicas relacionadas à juventude e às trajetórias criminais. Além disso, a avaliação não conseguiu assegurar se, por meio do programa, os egressos concluíram cursos, se matricularam em escolas ou acessaram outros aspectos importantes para inferir sobre a garantia de direitos fundamentais. A inexistência de uma base oficial consolidada sobre reincidência e a ausência de grupos de controle também limitaram a análise comparativa com a taxa de reincidência apresentada. Dessa forma, a avaliação foi classificada como inconclusiva.



## MORADIA



### Reentry Housing Pilot Program (Estados Unidos)

Valoração do Impacto - Positivo **+**

- **Objetivo:** O **Reentry Housing Pilot Program** (RHPP) foi um programa implementado no estado de Washington, nos Estados Unidos, com abrangência estadual. Iniciado em 2007 e financiado pelo próprio estado, o programa tinha como objetivo reduzir a reincidência criminal, oferecendo até 12 meses de assistência habitacional para egressos de alto risco e alta necessidade que saíam da prisão sem um local viável para morar. A assistência era condicionada à participação em tratamentos de saúde, busca por emprego e progresso em direção à autossuficiência. O programa foi descontinuado devido a cortes de financiamento provocados pela crise fiscal decorrente da recessão. Não houve avaliação durante sua implementação, sendo esta conduzida apenas após a descontinuidade do programa.

- **Público:** Egressos de alto risco e alta necessidade em situação de instabilidade habitacional.

- **Estratégias de Atuação:** Oferecimento de assistência habitacional condicionada à participação em tratamentos, obtenção de emprego e busca pela autossuficiência.

- **Pressuposto:** O acesso a melhores condições habitacionais por meio do programa reduz a reincidência.

- **Enfoque da Avaliação:** Reincidência.

- **Impacto da Iniciativa:** Os resultados indicam que o programa RHPP conseguiu reduzir de forma significativa tanto as novas condenações quanto a reincidência, embora não tenha tido impacto relevante sobre a revogação de medidas em liberdade.<sup>30</sup> Além disso, constatou-se que períodos de situação de rua aumentam significativamente o risco de reincidência, seja por novas condenações, revogações de medidas em liberdade ou readmissões à prisão. O grupo que participou do RHPP apresentou taxas menores de reincidência em comparação ao grupo que não participou: 21,6% dos participantes tiveram novas condenações (contra 35,6% no grupo de controle, com diferença estatisticamente significativa de  $p = 0,002$ ) e 37% foram readmitidos à prisão (em comparação com 56,3%,  $p < 0,001$ ). No entanto, a taxa de revogação de medidas em liberdade foi semelhante entre os grupos (39,9% no RHPP contra 47,1% no grupo de controle). Por fim, o programa também teve impacto na redução de períodos em situação de rua: 18,3% dos participantes enfrentaram essa situação, contra 26,3% no grupo de controle ( $p = 0,045$ ).



## Vision Housing (Reino Unido)

Valoração do Impacto - Positivo



- **Objetivo:** O programa habitacional **Vision Housing** foi criado em janeiro de 2007 como uma instituição de caridade e empresa social baseada em Londres, possuindo atualmente contratos com vários órgãos públicos. O programa é voltado para egressos do sistema prisional e indivíduos que estão cumprindo ou recentemente completaram penas comunitárias. Fundado e operado em grande parte por pessoas egressas, o programa foca em fornecer moradia e suporte para indivíduos com múltiplos problemas, como dívidas, abuso de substâncias, violência doméstica, envolvimento com gangues e problemas de saúde mental e física.
- **Público:** Egressos do sistema prisional e indivíduos que estão cumprindo ou recentemente completaram penas comunitárias.
- **Estratégias de Atuação:** A iniciativa inicia suas ações com a oferta de moradia, geralmente no mesmo dia da libertação. O “Vision Housing” mantém uma extensa rede de proprietários em Londres dispostos a aceitar egressos como inquilinos, realizando pagamentos diretos e imediatos aos locatários. Além disso, o programa realiza inspeções mensais nas propriedades.
- **Pressuposto:** O acesso a melhores condições habitacionais por meio do programa contribui para a redução da reincidência.
- **Enfoque da Avaliação:** Reincidência.
- **Impacto da Iniciativa:** O **Vision Housing** demonstrou eficácia na redução da reincidência entre seus participantes. Em uma análise com 400 participantes acompanhados ao longo de 12 meses, a taxa real de reincidência foi de 37,0%, em comparação a uma previsão de 40,7%, o que corresponde a uma redução estatisticamente significativa de 9,1%. O programa foi particularmente mais eficaz com mulheres, jovens menores de 35 anos, ofensores de maior risco e aqueles encaminhados pelo Serviço de Prisões e Liberdade Condicional. Em uma análise de dois anos com 271 participantes, a taxa real de reincidência foi de 49,0%, enquanto a previsão era de 55,3%, resultando em uma redução de 11,4%, também estatisticamente significativa. Esses resultados indicam que o impacto positivo do programa é sustentável ao longo do tempo.



## Returning Home - Ohio (Estados Unidos)

Valoração do Impacto - Moderado



- **Objetivo:** O programa **Returning Home – Ohio** é uma iniciativa estadual implementada e financiada pelo Departamento de Reabilitação e Correção (ODRC) do estado de Ohio. Lançado em 2006, o programa tem como objetivo reduzir a reincidência criminal e a instabilidade residencial, fornecendo moradia assistida para egressos de 13 prisões estaduais em cinco cidades do estado. O público-alvo inclui indivíduos com distúrbios de saúde mental e comportamental, além de históricos de instabilidade habitacional ou risco iminente de enfrentá-la. O programa, ainda ativo, já alojou mais de 100 indivíduos na comunidade em um período de aproximadamente dois anos.
- **Público:** Egressos com distúrbios de saúde mental e comportamental,<sup>31</sup> bem como históricos de instabilidade habitacional ou risco de enfrentá-la.
- **Estratégias de Atuação:** O programa oferece moradia assistida para indivíduos com distúrbios de saúde mental e comportamental, bem como históricos de instabilidade habitacional ou em risco de enfrentá-la ao serem liberados de 13 prisões estaduais em cinco cidades em Ohio.
- **Pressuposto:** A participação no programa, com acesso a melhores condições habitacionais, contribui para a redução da reincidência.
- **Enfoque da Avaliação:** Reincidência.
- **Impacto da Iniciativa:** O programa RHO contribui para uma redução de 40% na probabilidade de nova prisão e de 61% na chance de reincarceramento<sup>32</sup> dentro de um período de um ano. A participação no programa também diminuiu em 43% as prisões por delitos menores, mas não foi identificado impacto significativo nas prisões por crimes graves. O sucesso do programa foi atribuído à parceria sólida entre o ODRC e os provedores comunitários, fortalecida por treinamentos contínuos. A parceria estratégica, descrita como a combinação das “pessoas certas com os provedores certos”, foi apontada como essencial para os resultados positivos alcançados. No entanto, o programa enfrentou limitações em atender indivíduos com transtornos por uso de substâncias ou distúrbios de personalidade, que fazem parte dos públicos prioritários do programa. Esses grupos apresentaram piores resultados, indicando que o programa não teve impactos positivos sobre esse segmento. Embora o programa tenha demonstrado resultados promissores na redução da reincidência, as dificuldades em atender populações com distúrbios mais complexos sugerem a necessidade de ajustes nas estratégias para maximizar o impacto sobre esse público específico.



## INCLUSÃO PRODUTIVA



### Skill Mill (Reino Unido e Estônia)

Valoração do Impacto - Positivo



- **Objetivo:** O **Skill Mill** foi criado em Newcastle, Reino Unido, e expandiu-se para outras cidades no Reino Unido e na Estônia. Seu objetivo é ajudar jovens egressos a abandonarem o crime através da inclusão produtiva. A iniciativa foi desenvolvida em parceria com organizações privadas e públicas, como a Environment Agency, Northumbrian Water Ltd. e Newcastle City Council. O programa é voltado para jovens sob supervisão do Newcastle YOT que não representem risco grave e tenham completado o serviço comunitário, sendo necessária a adesão voluntária para participação.

- **Público:** Jovens egressos entre 16 e 18 anos.

- **Estratégias de Atuação:** O programa oferece oportunidades de educação e treinamento profissional em trabalho ao ar livre, com foco na gestão de cursos hídricos e horticultura. Entre os serviços prestados estão a limpeza de cursos d'água, plantio de árvores, jardinagem, remoção de resíduos e defesa contra inundações.

- **Pressuposto:** A participação no **Skill Mill** e o acesso a oportunidades de trabalho contribuem para a redução da reincidência.

- **Enfoque da Avaliação:** Reincidência e Garantia de Direitos.

- **Impacto da Iniciativa:** O programa **Skill Mill** demonstrou redução significativa da reincidência entre jovens infratores. A média foi de 1,12 infrações a menos por jovem por trimestre em comparação ao grupo de controle, com uma redução adicional de 0,99 infrações por jovem após o início das atividades profissionais. Entre os participantes que reincidiram, as infrações cometidas foram de menor gravidade. O sucesso do programa é atribuído à combinação de empregos significativos, boa remuneração, engajamento cívico e supervisão eficaz. Esses elementos forneceram mentoria, suporte pessoal e um senso de pertencimento comunitário. O modelo foi replicado em outras cidades do Reino Unido e na Estônia, destacando seu potencial como uma ferramenta eficaz para promover mudanças e reduzir a criminalidade entre jovens.



## Ban the Box (Estados Unidos)

Valoração do Impacto - Misto

+

-

- **Objetivo: Ban the Box (BTB)** é uma iniciativa do governo dos Estados Unidos que busca ampliar as oportunidades de emprego para pessoas com antecedentes criminais, especialmente egressos do sistema prisional, com foco particular em homens negros, que são desproporcionalmente impactados por registros criminais e pela exclusão do mercado de trabalho. Inicialmente lançado no estado do Havaí em 1998, o programa ganhou relevância nacional a partir de 2003. Desde então, foi implementado em 35 estados e mais de 150 municípios, com financiamentos de diferentes níveis de governo (federal, estadual e local). O principal objetivo é permitir que os candidatos apresentem suas qualificações antes de serem julgados por seus históricos criminais, aumentando suas chances de emprego e reduzindo disparidades raciais no mercado de trabalho.
- **Estratégias de Atuação:** A iniciativa propõe a exclusão de perguntas sobre antecedentes criminais dos formulários de emprego, adiando a verificação de histórico criminal para etapas posteriores do processo seletivo.
- **Público:** Egressos.
- **Pressuposto:** A política **Ban the Box** melhora a inclusão de indivíduos com antecedentes criminais no mercado de trabalho.
- **Enfoque da Avaliação:** Garantia de direitos.
- **Impacto da Iniciativa:** As pesquisas sobre o impacto do BTB revelam resultados mistos, destacando tanto benefícios quanto consequências não intencionais. Por um lado, a política aumentou em até 4% as oportunidades de emprego para moradores de bairros de alta criminalidade e elevou em 4 pontos percentuais as chances de emprego público para indivíduos com antecedentes criminais, representando um crescimento médio de quase 30% para esse grupo, especialmente em setores de baixa remuneração. Por outro lado, o BTB também intensificou a discriminação racial no mercado de trabalho. Houve um aumento de 3,4% na discriminação contra candidatos negros sem antecedentes criminais, enquanto a probabilidade de candidatos negros com registros criminais serem chamados para entrevistas subiu 6%. Para candidatos brancos sem antecedentes criminais, as chances de serem convocados cresceram 5,3%. Além disso, o BTB reduziu as probabilidades de emprego em 3,4 pontos percentuais para homens negros jovens sem diploma universitário e em 2,3 pontos para homens hispânicos jovens sem diploma, indicando que a iniciativa pode exacerbar a discriminação contra grupos vulneráveis. Embora o BTB ofereça vantagens para egressos e moradores de áreas com alta criminalidade, os dados sugerem que a política também pode agravar desigualdades raciais, prejudicando oportunidades de emprego para determinados grupos demográficos sem antecedentes criminais.



## SAÚDE

**Transitions Clinic Network** (Estados Unidos)

Valoração do Impacto - Positivo **+**

- **Objetivo:** O **Transitions Clinic Network** (TCN) é um consórcio nacional de 45 programas de cuidados primários implementados em centros de saúde comunitários em 14 estados dos Estados Unidos. Foi criado para atender às necessidades de saúde de pessoas recém-liberadas de unidades prisionais, especialmente aquelas com condições crônicas de saúde ou com mais de 50 anos. O programa é financiado pelo Medicaid estadual, que cobre os custos dos serviços de saúde para pessoas de baixa renda, mas não inclui despesas adicionais, como salários dos trabalhadores comunitários de saúde ou necessidades logísticas.
- **Público:** Egressos com condições crônicas de saúde ou com mais de 50 anos.
- **Estratégias de Atuação:** O TCN oferece cuidados primários aprimorados para indivíduos com condições crônicas de saúde ou com mais de 50 anos. A participação é voluntária, e os encaminhamentos são realizados por sistemas correcionais, provedores de serviços comunitários ou pelos próprios indivíduos.
- **Pressuposto:** O acesso a cuidados primários de saúde primária pode diminuir o contato futuro com o sistema de justiça criminal entre indivíduos com condições médicas crônicas recentemente liberados da prisão.
- **Enfoque da Avaliação:** Reincidência.
- **Impacto da Iniciativa:** A avaliação revelou que as chances de reincarceramento, incluindo prisões e novas condenações, foram semelhantes entre os grupos de controle e tratamento. No entanto, os participantes do **Transitions Clinic Network** apresentaram menores chances de retornar à prisão por violações de liberdade condicional ou de liberdade vigiada (*odds ratio* (OR) ajustado: 0,38; IC 95% 0,16 a 0,93) em comparação com o grupo de controle. Além disso, entre os beneficiários que reincidiram ou retornaram à prisão, o tempo de encarceramento foi menor (razão da taxa de incidência: 0,55; IC 95% 0,35 a 0,84). Esses resultados indicam que os cuidados primários aprimorados oferecidos pelo programa podem reduzir reincarceramentos por violações às medidas de liberdade impostas e reduzir o tempo de aprisionamento.

## Considerações finais

O presente estudo focou em apresentar o que funciona para a reintegração social de pessoas egressas do sistema prisional. Para se chegar às nove iniciativas com impactos positivos ou mistos, foram analisadas 128 publicações sobre 83 iniciativas, evidenciando que esta área, além de negligenciada nas políticas públicas, em especial no Brasil, carece de avaliações sistemáticas capazes de sustentar e aprimorar as iniciativas existentes. Embora algumas iniciativas tenham demonstrado impactos positivos e um maior volume de publicações avaliativas, a maioria delas está concentrada em países estrangeiros, sugerindo que as políticas brasileiras ainda enfrentam limitações significativas em termos de financiamento, implementação e avaliação de resultados.

A análise aponta para a necessidade de uma avaliação contínua e rigorosa das iniciativas e políticas voltadas a pessoas egressas do sistema prisional. Esse processo permite identificar o que funciona, para quem funciona e em quais condições, de modo a inspirar a expansão de iniciativas bem-sucedidas e interromper ciclos de violência.

A incorporação de uma abordagem avaliativa nas iniciativas e políticas públicas garante não apenas insumos para o aprimoramento contínuo, mas também assegura a produção de dados confiáveis. Em especial, no campo das ações voltadas ao apoio a egressos do sistema penitenciário, área historicamente negligenciada, a produção contínua de conhecimento sobre a implementação de iniciativas é fundamental para entender os avanços, gerar aprendizados institucionais e melhorar a tomada de decisão.

A análise das iniciativas revelou impactos em áreas essenciais no período pós-liberdade, como autonomia individual e convívio social, inclusão produtiva, saúde e moradia. Das nove iniciativas analisadas, cinco demonstraram impacto positivo, destacando-se pelo alcance de resultados concretos, como a redução da reincidência e a melhoria nas condições de vida. As iniciativas voltadas à autonomia individual e convívio social, **Community Mediation Maryland** e **Journeys 2 Freedom**, apresentaram avanços significativos na reintegração social, cada uma adotando abordagens distintas para apoiar seus públicos.

Além disso, iniciativas como **Skill Mill**, **Reentry Housing Pilot Program** e **Vision Housing**, ilustraram a eficácia de estratégias focadas em inclusão produtiva e assistência habitacional, com evidências de redução da reincidência e melhorias nas condições socioeconômicas dos egressos. As avaliações dessas iniciativas empregaram metodologias consistentes, como grupos de controle e análises estatísticas avançadas, garantindo confiabilidade aos resultados e permitindo inferências sobre os fatores que contribuíram para o sucesso.

Por outro lado, iniciativas como **Returning Home – Ohio**, **Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional** (PrEsp) e **Ban the Box** revelaram impactos mistos, moderados ou inconclusivos, indicando a necessidade de abordagens mais precisas para atingir os objetivos em relação aos efeitos esperados na implementação da iniciativa, assim como para mensurar os resultados. Embora nenhuma iniciativa tenha sido classificada como de impacto exclusivamente negativo, as análises destacaram a importância de combinar metodologias para capturar a complexidade das intervenções, especialmente em contextos mais desafiadores.

Sem dados consistentes, a capacidade de avaliar as iniciativas é limitada, comprometendo tanto o aprendizado institucional quanto a tomada de decisões informadas. Assim, promover uma cultura de monitoramento e avaliação transcende a mensuração de curto prazo – trata-se de construir um sistema de avaliação que assegure a qualidade, transparência e efetividade das políticas públicas e iniciativas sociais.

Embora a implementação e a avaliação de iniciativas voltadas à reintegração social de pessoas egressas apontem a real necessidade de investimentos nessa área, o volume de recursos dedicados a elas revela um descompasso entre a magnitude do problema e as respostas institucionais oferecidas. Para efetivar a reintegração social de pessoas egressas, é imprescindível o comprometimento dos tomadores de decisão com essa agenda, assegurando recursos adequados para o financiamento de políticas voltadas para esse público.

Uma vez garantidos e priorizados os recursos, esta publicação buscou destacar os tipos de iniciativas que deveriam receber investimento. Ainda assim, é claro que essa é uma área que exige maior experimentação, acompanhada de avaliações robustas, capazes de mensurar os impactos reais das intervenções e de identificar o que efetivamente contribui para a reintegração social das pessoas egressas.

# Anexos

## Anexo I. Metodologia

Esta seção descreve os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento desta publicação, contendo as seguintes etapas: análise de publicações sobre iniciativas de atenção a pessoas egressas do sistema prisional para identificação de avaliações, categorização das publicações avaliativas, coleta de dados dessas publicações avaliativas e análise descritiva e diagnóstica dos resultados.

A base de dados utilizada nesta publicação foi a mesma que fundamentou o Guia para Inclusão Social de Pessoas Egressas do Sistema Prisional,<sup>33</sup> lançado pelo Instituto Igarapé em 2024. Em relação à fonte de dados das publicações analisadas, foram identificadas 128 publicações em 54 diferentes fontes, com maior concentração de publicações nos seguintes repositórios e sites: Conselho Nacional de Justiça,<sup>34</sup> Medline,<sup>35</sup> Nacro,<sup>36</sup> ResearchGate,<sup>37</sup> Periódicos Capes,<sup>38</sup> Criminal Justice Periodical Index,<sup>39</sup> Global Center on Cooperative Security.<sup>40</sup>

Para este estudo, cujo foco é a avaliação das iniciativas mencionadas no Guia, analisamos, inicialmente, 128 publicações relacionadas a 83 iniciativas. A coleta foi realizada manualmente, por meio de uma busca criteriosa em bases nacionais e internacionais, utilizando as seguintes palavras-chave:

### Português

Avaliação; Ressocialização; Socialização; Inclusão; Reinclusão; Reinserção; Inserção; Integração; Reintegração; Reabilitação; Medida; Projeto; Programa; Política; Oportunidade; Acesso; Serviço; Apoio; Assistência; Prisão; Cárcere; Presídio; Depois da prisão; Pós-prisão; Saída; Encarceramento; Sistema prisional; Sistema penitenciário; Penitenciária; Egressos; Encarcerado; Condenado; Ex-presidiários; Ex-presos; Trabalho; Emprego; Profissão; Renda; Educação; Estigma; Preconceito; Discriminação; Moradia; Alojamento; Habitação; Transporte; Mobilidade urbana; Saúde; Drogadição; Drogas; Dependentes químicos; Dependência; Legal; Jurídica; Social; Recidência; Prevenção; Direito; Público; Governo; Estadual; Municipal; Reentrada; Reencarceramento; Convívio (e suas variações no plural).

### Inglês

Assessment; Evaluation; Resocialization; Socialization; Inclusion; Reclusion; Reinsertion; Insertion; Integration; Reintegration; Rehabilitation; Measure; Project; Program; Policy; Opportunity; Access; Service; Support; Assistance; Prison; After prison; Post-prison; Out of prison; Incarceration; Prison system; Penitentiary; Egress; Imprisoned; Condemned; Incarcerated; Formerly/ Previously incarcerated/convicted individuals/persons; Former inmates; Ex-convicts; Ex-prisoners; Work; Employment; Job; Income; Education; Stigma; Prejudice; Discrimination; Housing; Transportation; Urban mobility; Health; Drug addiction; Drugs; Chemical dependents; Dependency; Legal; Social; Recidivism; Prevention; Right; Public; Government; State; Municipal; Reentry; Reincarceration; Conviviality (and their plural variations).

O processamento de dados desta base foi estruturado separando as iniciativas avaliadas daquelas sem avaliação. Para identificar as publicações que incluíam avaliações de iniciativas voltadas para egressos, foram consideradas as seguintes características: descrição de critérios de avaliação, descrição de metodologia utilizada e apresentação de resultados e conclusões baseadas em evidências.

Após essa triagem inicial, focamos em identificar, dentro do universo das publicações que continham avaliação, as publicações avaliativas que atendessem aos critérios de análise estabelecidos neste estudo:

- Recorte temporal: de 2013 a 2023.
- Acesso: aberto e gratuito.
- Conteúdo: discussão sobre os efeitos, de impacto e/ou de processo, da implementação da iniciativa em concreto, desconsiderando as publicações restritas à discussão teórica.

Desta forma, chegamos a 32 (amostra de publicações avaliativas) que se enquadraram nos critérios estabelecidos. As 32 publicações filtradas segundo os critérios metodológicos estabelecidos se referem a avaliações de 21 iniciativas.

Para a realização da coleta de dados, estruturamos um formulário que permitiu reunir as informações disponíveis nas publicações avaliativas das iniciativas voltadas para pessoas egressas do sistema prisional. Esse formulário incluiu questões sobre a descrição da publicação, a iniciativa avaliada, a aplicação da avaliação, a metodologia utilizada e os resultados obtidos.<sup>41</sup>

Com base em 32 publicações avaliativas sobre 21 iniciativas nacionais e internacionais, analisamos detalhadamente aquelas que apresentaram avaliações de impacto (17 no total), incluindo uma que abordava simultaneamente impacto e processo. Dentre essas 17, foram selecionadas 13 publicações relacionadas a nove iniciativas que atendiam aos critérios de robustez metodológica das publicações, considerando métricas, técnicas, seleção de amostra e período de intervenção.

## FUNIL METODOLÓGICO

### 1. LEVANTAMENTO DE PUBLICAÇÕES

#### **128 publicações sobre 83 iniciativas**

total de publicações encontradas sobre as iniciativas analisadas no Guia para Inclusão Social de Pessoas Egressas do Sistema Prisional

### 2. IDENTIFICAÇÃO DE AVALIAÇÃO E ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

#### **32 publicações avaliativas sobre 21 iniciativas**

amostra

### 3. APLICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE ENFOQUE DA AVALIAÇÃO E ROBUSTEZ

#### **13 publicações avaliativas sobre 9 iniciativas**

subamostra

### 4. ANÁLISE DE IMPACTO DAS INICIATIVAS

#### **9 iniciativas analisadas, sendo:**

- **6** com impacto positivo
- **1** com impacto moderado
- **1** com impacto misto
- **1** com impacto inconclusivo

## Anexo II. Quadro geral das 21 iniciativas com avaliações

País de implementação	Iniciativa	Finalidade	Quem implementou?	Quem financiou?
 <b>Brasil</b>	Casa das Juventudes (Projeto Proteção de Jovens em Território Vulnerável – Protejo)	Autonomia individual e convívio social	Setor público	Setor público
	Casa de Acolhida – Centro Social Nossa Senhora Aparecida	Autonomia individual e convívio social	Organização da sociedade civil	Setor público
	Escritório Social	Autonomia individual e convívio social	Setor público	Setor público
	Projeto Alvorada	Inclusão produtiva	Setor público	Setor público
	Programa de Atenção ao Egresso e Família	Autonomia individual e convívio social	Setor público	Setor público
	Projeto Começar de Novo	Inclusão produtiva	Setor público	Setor público
	Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp)	Autonomia individual e convívio social	Setor público	Setor público
	Projeto Regresso	Inclusão produtiva	Organização da sociedade civil	Setor público
	Projeto Migrantes Egressas (PME)	Autonomia individual e convívio social	Setor público e organização da sociedade civil	Setor público, privado e organização da sociedade civil

País de implementação	Iniciativa	Finalidade	Quem implementou?	Quem financiou?
 <b>Estados Unidos</b>	Ban the Box	Inclusão produtiva	Setor público	Setor público
	Community Mediation Maryland (CMM) Reentry Mediation	Autonomia individual e convívio social	Organização da sociedade civil	Organização da sociedade civil
	Health Homes	Saúde	Setor público	Setor público
	Medicaid <sup>42</sup>	Saúde	Setor público	Setor público
	Reentry Housing Pilot Program (RHPP)	Moradia	Setor público	Setor público
	Returning Home - Ohio	Moradia	Setor público e organização da sociedade civil	Setor público
	Transitions Clinic Network (TCN)	Saúde	Setor público	Setor público
 <b>Nova Zelândia</b>	Tiaki Tangata - Project Kete	Autonomia individual e convívio social	Setor público e privado	Setor público
	Journeys 2 Freedom: Women's Resettlement Programme	Autonomia individual e convívio social	Organização da sociedade civil	Setor público, privado e organização da sociedade civil
 <b>Reino Unido</b>	Skill Mill (Reino Unido e Estônia)	Inclusão produtiva	Organização da sociedade civil	Setor público, privado e organização da sociedade civil
	Vision Housing	Moradia	Organização da sociedade civil	Organização da sociedade civil
	Working Chance	Inclusão produtiva	Organização da sociedade civil	Setor público, privado e organização da sociedade civil

## Anexo III. Quadro geral das 32 publicações avaliativas

Iniciativa	Tipo de publicação da avaliação	Publicação da avaliação	Quem avaliou a iniciativa	Quem financiou a avaliação	Foco da Avaliação	Abordagem Metodológica
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Casa das Juventudes (Projeto Proteção de Jovens em Território Vulnerável – Protejo)</li> </ul>	Artigo científico	Ampliação do campo de possibilidade de jovens em vulnerabilidade social: a experiência da casa das juventudes	Academia	Não menciona	Garantia de direitos	Qualitativa
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Casa de Acolhida – Centro Social Nossa Senhora Aparecida</li> </ul>	Artigo científico	Casa das mulheres: refugiadas, estrangeiras egressas do sistema penitenciário e políticas de acolhida em São Paulo, Brasil	Academia	Não menciona	Garantia de direitos	Qualitativa
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escritório Social</li> </ul>	Artigo científico	Superando o estigma da prisão e efetivação de direitos e cidadania: contribuições da psicologia na promoção de trabalho aos Egressos do sistema de justiça	Academia	Não menciona	Garantia de direitos	Mista

Iniciativa	Tipo de publicação da avaliação	Publicação da avaliação	Quem avaliou a iniciativa	Quem financiou a avaliação	Foco da Avaliação	Abordagem Metodológica
• Projeto Alvorada	Trabalho acadêmico	Egressos do sistema prisional: Há possibilidade de reinserção no convívio social pela educação profissional?	Academia	Não menciona	Garantia de direitos	Qualitativa
	Artigo científico	O Projeto Alvorada, do Instituto Federal de Goiás: ressocialização de egressos do sistema prisional	Academia	Não menciona	Garantia de direitos	Qualitativa
	Artigo científico	Projeto Alvorada: Inclusão produtiva de pessoas egressas do sistema prisional	Academia	Não menciona	Ambos: Reincidência e garantia de direitos	Qualitativa
• Programa de Atenção ao Egresso e Família	Trabalho acadêmico	A reinserção social na perspectiva de egressos de penitenciárias e profissionais das Centrais de Atenção ao Egresso e à Família	Academia	Não menciona	Garantia de direitos	Qualitativa
• Projeto Começar de Novo	Relatório final e interno	Começar de Novo e Escritório Social: Estratégia de Convergência	Estado e organização internacional	Estado e Organização internacional	Garantia de direitos	Mista

Iniciativa	Tipo de publicação da avaliação	Publicação da avaliação	Quem avaliou a iniciativa	Quem financiou a avaliação	Foco da Avaliação	Abordagem Metodológica
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp)</li> </ul>	Artigo científico	A influência de programas de apoio a egressos do sistema prisional na redução da reentrada prisional	Academia	Não menciona	Ambos: Reincidência e garantia de direitos	Quantitativa
	Artigo científico	Entre a cruz e a espada: a reintegração de egressos do sistema prisional a partir da política pública do governo de Minas Gerais	Academia	Não menciona	Garantia de direitos	Qualitativa
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto Regresso</li> </ul>	Artigo científico	Egressos do sistema prisional no mercado formal de trabalho: Oportunidade real de inclusão social?	Academia	Não menciona	Garantia de direitos	Mista
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto Migrantes Egressas (PME)</li> </ul>	Artigo científico	“Projeto migrantes egressas”: uma experiência de trabalho de organização da sociedade civil com mulheres migrantes em conflito com a lei na cidade de São Paulo	Academia	Não menciona	Garantia de direitos	Qualitativa

Iniciativa	Tipo de publicação da avaliação	Publicação da avaliação	Quem avaliou a iniciativa	Quem financiou a avaliação	Foco da Avaliação	Abordagem Metodológica
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ban the Box</li> </ul>	Relatório de pesquisa	Ban the Box, Convictions, and Public Employment	Academia	Academia	Garantia de direitos	Quantitativa
	Artigo científico	Ban the Box, Criminal Records, And Statistical Discrimination: A Field Experiment	Academia	Não menciona	Garantia de direitos	Quantitativa
	Artigo científico	Ban the Box' Measures Help High-crime Neighborhoods	Organização da sociedade civil	Não menciona	Garantia de direitos	Quantitativa
	Artigo científico	The unintended consequences of "ban the box": Statistical discrimination and employment outcomes when criminal histories are hidden	Academia	Academia	Garantia de direitos	Quantitativa
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Community Mediation Maryland (CMM) Reentry Mediation</li> </ul>	Relatório de pesquisa	Community Mediation Maryland Reentry Mediation In-Depth Recidivism Analysis	Consultoria empresarial	Organização da sociedade civil	Reincidência	Quantitativa
	Relatório de pesquisa	Community Mediation Maryland Reentry Mediation Recidivism Analysis	Consultoria empresarial	Organização da sociedade civil	Reincidência	Quantitativa

Iniciativa	Tipo de publicação da avaliação	Publicação da avaliação	Quem avaliou a iniciativa	Quem financiou a avaliação	Foco da Avaliação	Abordagem Metodológica
• Health Homes	Artigo científico	Connecting Justice-Involved Individuals with Health Homes at Reentry: New York and Rhode Island	Organização da sociedade civil	Estado	Garantia de direitos	Qualitativa
• Medicaid	Documento informativo	Connecting the Justice-Involved Population to Medicaid Coverage and Care: Findings from Three States	Organização da sociedade civil	Organização da sociedade civil	Garantia de direitos	Qualitativa
• Reentry Housing Pilot Program (RHPP)	Artigo científico	Homelessness and reentry: A Multisite Outcome Evaluation of Washington State's Reentry Housing Program for High Risk Offenders	Academia	Estado	Reincidência	Quantitativa
• Returning Home - Ohio	Artigo científico	The Role of Supportive Housing in Successful Reentry Outcomes for Disabled Prisoners	Organização da sociedade civil	Não menciona	Reincidência	Mista

Iniciativa	Tipo de publicação da avaliação	Publicação da avaliação	Quem avaliou a iniciativa	Quem financiou a avaliação	Foco da Avaliação	Abordagem Metodológica
• Transitions Clinic Network (TCN)	Artigo científico	Cost savings of a primary care program for individuals recently released from prison: a propensity-matched study	Academia	Estado	Garantia de direitos	Quantitativa
	Artigo científico	Propensity-matched study of enhanced primary care on contact with the criminal justice system among individuals recently released from prison to New Haven	Academia	Estado	Reincidência	Quantitativa
• Tiaki Tangata - Project Kete	Relatório final e interno	Offender Case Management: Tiaki Tangata-Project Kete	Organização da sociedade civil	Não menciona	Ambos: Reincidência e garantia de direitos	Mista
• Journeys 2 Freedom: Women's Resettlement Programme	Relatório final e interno	Journeys to Freedom. A report examining the need for and impact of Pact's holistic resettlement programme for women leaving prison	Organização da sociedade civil	Não menciona	Garantia de direitos	Mista
• Skill Mill	Relatório final e interno	Interim Evaluation of the Skill Mill SIB	Academia	Não menciona	Ambos: Reincidência e garantia de direitos	Mista

Iniciativa	Tipo de publicação da avaliação	Publicação da avaliação	Quem avaliou a iniciativa	Quem financiou a avaliação	Foco da Avaliação	Abordagem Metodológica
• Skill Mill <sup>43</sup>	Artigo científico	Do Flood Mitigation and Natural Habitat Protection Employment Reduce Youth Offending?	Academia	Não menciona	Reincidência	Mista
• Vision Housing	Relatório de pesquisa	An evaluation of the effect of housing provision on re-offending	Academia	Não menciona	Reincidência	Quantitativa
• Working Chance	Relatório final e interno	Working Chance 2020/21 Report and financial statements for the year ended 31 August 2021	Organização da sociedade civil	Não menciona	Ambos: Reincidência e Garantia de Direitos	Mista
	Relatório final e interno	Working Chance 2021/22 Report and financial statements for the year ended 31 August 2022	Organização da sociedade civil	Não menciona	Ambos: Reincidência e garantia de direitos	Mista
	Relatório final e interno	Working Chance 2022/23 Report and financial statements for the year ended 31 August 2023	Organização da sociedade civil	Não menciona	Ambos: Reincidência e garantia de direitos	Mista

# Referências Bibliográficas

- Agan, A. e Starr, S.** Ban the box, criminal records, and racial discrimination: A field experiment. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 133, n. 1, pp. 191-235, 2018.
- Balbuglio, V. e Cunha, I.** Projeto migrantes egressas: uma experiência de trabalho de organização da sociedade civil com mulheres migrantes em conflito com a lei na cidade de São Paulo. *Revista da Defensoria Pública da União*, n. 12, pp. 81-99, 2019.
- Barbalho, L. A. e de Barros, V. A.** Entre a cruz e a espada: a reintegração de egressos do sistema prisional a partir da política pública do governo. *Psicologia em Revista*, v. 20, n. 3, pp. 549-565, 2014.
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ).** Começar de novo e escritório social [recurso eletrônico]: estratégia de convergência. Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Departamento Penitenciário Nacional, 2021.
- Castanho, A. C. F.** A reinserção social na perspectiva de egressos de penitenciárias e profissionais das Centrais de Atenção ao Egresso e Família. 2019. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2019.
- Craigie, T.** Ban the box, convictions, and public employment. *Economic Inquiry*, v. 58, n. 1, pp. 425-445, 2020.
- De Lima Gomes, P. e Da Silva Santiago, L. A.** O Projeto Alvorada no Instituto Federal de Goiás: ressocialização de egressos do sistema prisional. *#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, v. 9, n. 2, 2020.
- De Souza, C. M.** Casa das mulheres: refugiadas, estrangeiras egressas do sistema penitenciário e políticas de acolhida em São Paulo/Brasil. *O Social em Questão*, v. 20, n. 38, pp. 191-205, 2017.
- Doleac, J. L. e Hansen, B.** The unintended consequences of “ban the box”: Statistical discrimination and employment outcomes when criminal histories are hidden. *Journal of Labor Economics*, v. 38, n. 2, pp. 321-374, 2020.
- Ellison, M. et al.** An evaluation of the effect of housing provision on re-offending. *Safer Communities*, v. 12, n. 1, pp. 27-37, 2013.
- Flower, S. M.** Community Mediation Maryland Reentry Mediation In-Depth Recidivism Analysis. Departamento de Segurança Pública e Serviços Correcionais de Maryland, 2014.
- Flower, S. M.** Community Mediation Maryland Reentry Mediation Recidivism Analysis. Greenbelt, Md.: Choice Research Associates, pp. 6-2, 2013.
- Fontaine, J.** The role of supportive housing in successful reentry outcomes for disabled prisoners. *Cityscape*, v. 15, n. 3, pp. 53-76, 2013.
- Gomes, P. L. et al.** Egressos do Sistema Prisional: há possibilidade de reinserção no convívio social pela educação profissional?, 2020.
- Harry A, S. e B., Shawn.** Interim Evaluation of the Skill Mill Sib, 2022.
- Harvey, T. D. et al.** Cost savings of a primary care program for individuals recently released from prison: a propensity-matched study. *BMC Health Services Research*, v. 22, n. 1, pp. 585, 2022.

**Koerich, B. R. et al.** Ampliação no campo de possibilidades de jovens em vulnerabilidade social: a experiência da Casa das Juventudes. *Juventud y Desigualdades en América Latina y el Caribe*. CLACSO, 2017. pp. 253-276.

**Long, M. A. et al.** Do flood mitigation and natural habitat protection employment reduce youth offending? *European Journal on Criminal Policy and Research*, v. 25, pp. 135-151, 2019.

**Lutze, F. E., Rosky, J. W. e Hamilton, Z. K.** Homelessness and reentry: a multisite outcome evaluation of Washington State's reentry housing program for high-risk offenders. *Criminal Justice and Behavior*, v. 41, n. 4, pp. 471-491, 2014.

**Marson, C. N. e Lira, P. S.** Superando o estigma da prisão e efetivação de direitos e cidadania: contribuições da Psicologia na inserção de egressos da justiça no mercado de trabalho. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 15, n. 1, pp. 138-155, 2021.

**McDonald, M., Thomson, T. e Sullivan, T.** Offender Case Management: Tiaki Tangata – Project Kete, 2014.

**Shoag, D.; Veuger, S.** Ban-the-box measures help high-crime neighborhoods. *The Journal of Law and Economics*, v. 64, n. 1, pp. 85-105, 2021.

**Souza, R. e L.; Silveira, A. M.** Egressos do sistema prisional no mercado formal de trabalho: oportunidade real de inclusão social? *Revista de Políticas Públicas*, v. 21, n. 2, pp. 761-779, 2017.

**Souza, R. L., Silveira, A. M. e Da Silva, B. F. A.** A influência de programas de apoio a egressos do sistema prisional na redução da reentrada prisional. *Interseções*, v. 18, n. 2, pp. 408-430, 2016.

**Spillman, B. C. et al.** Connecting justice-involved individuals with health homes at reentry: New York and Rhode Island. Washington, DC, Urban Institute, 2017.

**Swehli, M.** Journeys 2 Freedom: A report examining the need for and impact of Pact's holistic resettlement programme for women leaving prison. Pact, 2023.

**Vieira Jr., F. U. e Tedeschi, W.** Projeto Alvorada: Inclusão produtiva de pessoas egressas do sistema prisional. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 7, pp. 69522-69542, 2021.

**Wang, E. A. et al.** Propensity-matched study of enhanced primary care on contact with the criminal justice system among individuals recently released from prison to New Haven. *BMJ Open*, v. 9, n. 5, p. e028097, 2019.

**Working Chance.** Working Chance 2020/21: Report and financial statements for the year ended 31 August 2021.

**Working Chance.** Working Chance 2021/22: Report and financial statements for the year ended 31 August 2022.

**Working Chance.** Working Chance 2022/23: Report and financial statements for the year ended 31 August 2023.

# Notas de fim

1. Instituto Igarapé (2024). [Guia para Inclusão Social de Pessoas Egressas do Sistema Prisional](#)
2. Journeys 2 Freedom: Women's Resettlement Programme, em tradução livre para o português, significa Caminhos para a Liberdade: Programa de Reintegração de Mulheres.
3. Community Mediation Maryland Reentry Mediation, em tradução livre para o português, significa Programa de Mediação Comunitária de Maryland para Reintegração de Egressos.
4. Reentry Housing Pilot Program, em tradução livre para o português, significa Programa Piloto de Moradia para Reintegração Social.
5. Vision Housing, em tradução livre para o português, significa Moradia para o Futuro.
6. Skill Mill, em tradução livre para o português, significa Fábrica de Talentos.
7. Transitions Clinic Network, em tradução livre para o português, significa Rede de Clínicas de Transição.
8. Violações técnicas referem-se a descumprimentos de condições impostas a uma pessoa em liberdade condicional, prisão domiciliar, livramento condicional ou outro regime de cumprimento de pena fora do cárcere, sem que haja um novo crime, como por exemplo, o não comparecimento às reuniões com o oficial de condicional e o descumprimento de obrigações estipuladas.
9. Corte Europeia de Direitos Humanos (2002). [Case of Mastromatteo v. Italy](#)
10. Neste estudo, adota-se a perspectiva de Alvino Augusto de Sá (2001), que defende que a reintegração social não deve ser definida pelo crime cometido ou pela pena imposta, mas sim pela relação entre o encarcerado e seu contexto social. Para uma análise mais aprofundada sobre o tema, recomenda-se a leitura do artigo "Concepção de crime como expressão de uma história de conflitos: implicações na reintegração social dos condenados à pena privativa de liberdade", publicado na revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc), v. 7, n. 11, pp 169-178, 2001.
11. Entendemos que o conceito de (re)integração social e seus termos correlatos são objeto de disputa, considerando que as pessoas selecionadas pelo sistema de justiça criminal historicamente já enfrentam desigualdades e exclusão social.
12. Instituto Igarapé (2022). [Reincidência e reentrada na prisão no Brasil: o que estudos dizem sobre os fatores que contribuem para essa trajetória](#)
13. Infopen (2024). [Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias](#)
14. Instituto Igarapé (2022). [Reincidência e reentrada na prisão no Brasil: o que estudos dizem sobre os fatores que contribuem para essa trajetória](#)
15. O Justa (2024). [O funil de investimento da segurança pública e prisional no Brasil em 2022](#)
16. Há iniciativas que são mencionadas em mais de um documento de avaliação, conforme detalhado na tabela 4.
17. O atendimento a pré-egressos é caracterizado por iniciativas de transição que visam preparar pessoas pré-egressas do sistema prisional para a saída da prisão ou para o regime de semiliberdade. Essas ações acompanham os indivíduos durante o processo de transição da privação de liberdade para a condição de egressos do sistema prisional. Nesse contexto, destacam-se as seguintes iniciativas: Journeys 2 Freedom: Women's Resettlement Programme, no Reino Unido; Community Mediation Maryland (CMM) Reentry Mediation, nos EUA; Returning Home - Ohio, nos EUA; Transitions Clinic Network (TCN), nos EUA; Vision Housing, no Reino Unido; Working Chance (Oportunidade de Trabalho), no Reino Unido; Tiaki Tangata - Project Kete (Cuidar das Pessoas - Projeto de Apoio Maori), na Nova Zelândia; e Projeto Migrantes Egressas (PME), no Brasil.
18. Programa de Atenção ao Egresso e Família, no Brasil, e Community Mediation Maryland (CMM) Reentry Mediation, nos Estados Unidos.
19. Casa de Acolhida – Centro Social Nossa Senhora Aparecida e Projeto Migrantes Egressas, no Brasil; Journeys 2 Freedom: Women 's Resettlement Programme e Working Chance, ambos no Reino Unido.
20. Tiaki Tangata - Projeto Kete, Nova Zelândia.
21. Skill Mill (Reino Unido e Estônia) e Casa das Juventudes – Projeto Proteção de Jovens em Território Vulnerável (Protejo), Brasil.
22. Health Homes (Casas de saúde), Estados Unidos.
23. Reentry Housing Pilot Program (RHPP), Estados Unidos.
24. É importante destacar que a escolha metodológica de analisar publicações apenas nos idiomas português e inglês influencia a distribuição geográfica das iniciativas identificadas. Essa abordagem reflete a maior facilidade de encontrar discussões sobre iniciativas em países onde esses idiomas predominam. Além disso, contribuiu para essa concentração o fato de os Estados Unidos ser o país com a maior população prisional do mundo e o Brasil a terceira maior (Fair, Walmsley, 2021).
25. A classificação da finalidade das iniciativas segue a realizada pelo Guia para Inclusão Social de Pessoas Egressas do Sistema Prisional, mencionado anteriormente.
26. Trevisan e Van Bellen (2008). Entende-se por avaliação de impacto aquela que mede os efeitos de uma iniciativa, determinando as mudanças diretamente atribuíveis às ações implementadas. Essa avaliação analisa os efeitos e impactos gerados na sociedade, estabelecendo uma relação clara de causa e efeito entre as intervenções do programa e os resultados finais alcançados.

27. Trevisan e Van Bellen (2008). A avaliação de processo analisa a implementação e a operacionalização de uma iniciativa, examinando como as atividades foram executadas, a fidelidade ao plano de ação e os fatores que influenciam sua execução. Ela se concentra nos mecanismos internos da iniciativa, nas barreiras e obstáculos identificados para sua reformulação e nas interações entre os componentes da iniciativa e seus participantes.
28. A avaliação que contempla tanto o processo quanto o impacto refere-se à iniciativa Casa das Juventudes (Projeto Proteção de Jovens em Território Vulnerável – Protejo). Essa classificação é justificada pelo fato de a análise não se limitar aos resultados obtidos (impacto) – como as ampliações no campo de possibilidades nas trajetórias de vida dos adolescentes e jovens participantes –, mas também abranger a execução e implementação do programa, avaliando como as atividades foram conduzidas para atingir os objetivos propostos (processo).
29. Um exemplo é a avaliação “The Role of Supportive Housing in Successful Reentry Outcomes for Disabled Prisoners”, realizada por uma think tank dos EUA, que analisou o programa Returning Home – Ohio (Voltando para casa - Ohio). A avaliação utilizou dados do Departamento de Reabilitação e Correção (ODRC), incluindo características demográficas, histórico de encarceramento e status de supervisão, empregando um desenho quasi-experimental com pesos de escore de propensão para investigar a eficácia do programa na redução da reincidência. Outro caso relevante é a avaliação Community Mediation Maryland Reentry Mediation Recidivism, conduzida por consultoria empresarial, sobre a iniciativa Community Mediation Maryland (CMM). A análise utilizou dados do Departamento de Segurança Pública e Serviços Correcionais (DPSCS), aplicando regressão logística para analisar a reincidência e regressão de Cox para examinar o tempo até novos delitos. Os modelos consideraram fatores como a duração da carreira criminal e o tempo desde a liberação, buscando compreender o impacto da mediação na redução da reincidência.
30. O termo “Revogações de medidas em liberdade” (em inglês, revocations) refere-se à anulação da liberdade condicional ou da supervisão comunitária, resultando no retorno da pessoa à prisão. Nos Estados Unidos, essa situação ocorre quando um indivíduo em liberdade condicional (probation) ou em liberdade supervisionada após o cumprimento parcial da pena (parole) comete uma violação das condições impostas. Essas condições podem incluir, por exemplo, o não comparecimento às reuniões com o oficial de condicional, o descumprimento de obrigações estipuladas ou a prática de novos delitos. A revogação implica na perda da liberdade e na reclusão do indivíduo para cumprimento do restante da pena em regime fechado.
31. O termo em inglês behavioral health disabilities refere-se a diagnósticos de saúde mental e/ou comportamental relacionados ao uso de substâncias, que afetam o comportamento, as emoções e o bem-estar psicológico de um indivíduo. Essas condições podem incluir transtornos como depressão, ansiedade, esquizofrenia, bipolaridade, transtorno de personalidade e por uso de álcool ou drogas.
32. O termo em inglês be reincarcerated refere-se ao ato de retornar à prisão ou a um centro de detenção. Isso pode ocorrer após uma nova condenação, violação das condições de liberdade condicional ou liberação sob supervisão, como o descumprimento de regras do regime aberto. Diferentemente de rearrest, essa situação envolve uma decisão formal de reclusão.
33. O [Guia para Inclusão Social de Pessoas Egressas do Sistema Prisional](#) selecionou 123 programas de atenção a egressos do sistema prisional a partir de uma base de 511 documentos.
34. [Conselho Nacional de Justiça](#)
35. [Medline](#)
36. [Nacro](#)
37. [ResearchGate](#)
38. [Periódicos Capes](#)
39. [Criminal Justice Periodical Index](#)
40. [Global Center on Cooperative Security](#)
41. A revisão do preenchimento do formulário de coleta de dados foi realizada por um pesquisador diferente daquele que o preencheu, aumentando a confiabilidade dos resultados e o rigor da pesquisa.
42. Medicaid - Política de saúde para pessoas de baixa renda nos Estados Unidos.
43. Como mencionado anteriormente, essa avaliação foi realizada na Estônia. No entanto, por se tratar de uma iniciativa implementada nos dois países, foi contabilizada entre as avaliações do Reino Unido.

## Expediente Institucional

### Instituto Igarapé

Ilona Szabó de Carvalho  
*Cofundadora e Presidente*

Robert Muggah  
*Cofundador e Chefe de Inovação*

Melina Risso  
*Diretora de Pesquisa*

Leriana Figueiredo  
*Diretora de Programa*

Maria Amélia L. Teixeira  
*Diretora de Operações*

## Ficha Técnica

### Autoria

Melina Risso  
*Diretora de Pesquisa*

Vivian Calderoni  
*Coordenadora de Programas e Pesquisa*

Maria Eugênia R. Trombini  
*Pesquisadora Sênior*

Laís Cabral Neckel  
*Assistente de Pesquisa*

Carolina Loeb  
*Assistente de Pesquisa*

Camila Nadalini de Godoy  
*Assessora de Políticas Públicas*

Marina Alkmim  
*Pesquisadora*

Julia Quirino  
*Pesquisadora*

Haydée Caruso  
*Supervisora de Pesquisa*

### Edição

Débora Chaves  
*Editora*

### Projeto Gráfico

Raphael Durão  
*Coordenador Criativo*

André Guttierrez  
*Designer*



# INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, que desenvolve pesquisas, soluções e parcerias com o objetivo de impactar tanto políticas como práticas públicas e corporativas na superação dos principais desafios globais. Nossa missão é contribuir para a segurança pública, digital e climática no Brasil e no mundo. O Igarapé é uma instituição sem fins lucrativos e apartidária, com sede no Rio de Janeiro e atuação do nível local ao global.

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel.: +55 (21) 3496-2114

[contato@igarape.org.br](mailto:contato@igarape.org.br)

[igarape.org.br](http://igarape.org.br)

Assessoria de Imprensa

[press@igarape.org.br](mailto:press@igarape.org.br)

Redes Sociais

[f facebook.com/institutoigarape](https://www.facebook.com/institutoigarape)

[x x.com/igarape\\_org](https://x.com/igarape_org)

[in linkedin.com/company/igarapeorg](https://www.linkedin.com/company/igarapeorg)

[youtube.com/user/InstitutoIgarape](https://www.youtube.com/user/InstitutoIgarape)

[instagram.com/igarape\\_org](https://www.instagram.com/igarape_org)

[igarape.org.br](http://igarape.org.br)



**INSTITUTO IGARAPÉ**  
a think and do tank